

**Com vista a promover a boa governação**

## **Iniciativa de transparência da indústria extractiva promove debates entre os implicados**

*de savana, 13.10.2017, Divulgação, Pág. 10, ed 1240*

A Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) está a levar a cabo seminários com organizações da sociedade civil, membros de assembleias provinciais, jornalistas, académicos e representantes de empresas mineiras e petrolíferas, no âmbito daquilo que o respectivo Coordenador Nacional, Custódio Nguetana, designa por "socialização da ITIE".

A ITIE é um mecanismo de promoção de transparência e gestão responsável das receitas provenientes do sector extractivo, com vista a permitir o uso adequado e monitorável dos mesmos e contribuir para a estabilidade económica e política dos países produtores de tais recursos.

As sessões de disseminação e debate sobre a ITIE enquadram-se num projeto de Capacitação da Sociedade Civil sobre a ITIE, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, e implementado por um consórcio constituído pelo SEKELEKANI e pela KUWUKA JDA.

O programa já escalou as províncias de Tete, Inhambane, Niassa, Nampula e Cabo Delgado, com a finalidade de fazer conhecer com mais profundidade esta iniciativa, como as razões que levaram o país a aderir a ela, bem como

colher as sensibilidades dos cidadãos moçambicana em relação a toda a cadeia da indústria extractiva no país.

O projecto inclui ainda uma componente de comunicação, que prevê a publicação de brochuras educativas, de boletins informativos periódicos e de debates públicos em diferentes órgãos de comunicação social.

A iniciativa efectua a verificação, conciliação e publicação dos pagamentos efectuados pelas empresas e das receitas recebidas pelo Estado nos sectores de mineração, petróleo e gás; e propicia um espaço de diálogo e de confiança no qual o governo, as empresas e a sociedade civil debatem sobre a informação disponível nos relatórios anuais, a respeito das receitas provenientes da indústria extractiva e da governação do sector extractivo de um modo geral.

Nos debates ora em curso, têm surgido contribuições tendentes a tornar a indústria extractiva mais benéfica ao país. Na sessão ocorrida em Nampula, por exemplo, os participantes sugeriram a criação de bancarias e comissões de gestão específicas, para uma melhor gestão mais transparente e monitorável da percentagem de 2.75% das receitas alocada pelo Estado às comunidades onde ocorrem actividades



Camilo Nhancale, formador durante o seminário

extractivas. Actualmente, esta percentagem é canalizada pelo Ministério da Economia e Finanças para os governos distritais, o que, de acordo com estudos de OSCs, torna difícil a monitoria da sua gestão, por parte das comunidades beneficiárias. Nos debates de Nampula, os participantes estacaram ainda que os principais

intervenientes na gestão deste fundo devem melhorar a comunicação e o acesso à informação, bem como assegurar uma gestão mais transparente do fundo, garantindo que o mesmo beneficie efectivamente as comunidades destinatárias.